

Museu de Arte de
São Paulo Assis
Chateaubriand -
MASP

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração 2018

No ano em que comemorou 50 anos de seu edifício, prédio icônico da arquitetura de São Paulo, o MASP se consolidou como uma das mais importantes instituições culturais da América Latina, com público recorde de visitação, reconhecimento internacional da sua agenda curatorial, superação das metas de captação e aprofundamento dos estudos de manutenção e modernização da sua edificação.

No campo curatorial, deu-se continuidade aos ciclos expositivos temáticos, compostos de exposições monográficas e uma grande mostra coletiva. Este ano, o eixo temático foi: Histórias afro-atlânticas, que recebeu reconhecimento internacional, sendo eleita a melhor exposição do mundo em 2018, pelo jornal The New York Times.

O destaque internacional do museu contribuiu para o processo crescente de parcerias com instituições culturais ao redor do mundo. Vale destacar o projeto Acervo em transformação, Tate no MASP, na qual, ao longo de nove meses, o museu exibiu seis obras de artistas ingleses da coleção da Tate de Londres.

No sentido de ampliar e diversificar seu acervo, o museu, além de receber 89 obras em doação, firmou importante parceria com a B3 (antigas BM&F e BOVESPA), através de um comodato de longo prazo. Com isso, passou a incorporar no acervo do museu importantes obras da arte brasileira dos séculos 19 e 20.

Nesse contexto, vale ressaltar o reconhecimento por parte do público, que se manifestou em um número de visitação acima de 500 mil pessoas ao longo de 2018, e também a entrada de 6 mil pessoas no dia 25 de janeiro. Ambas representaram medidas recordes diárias e anuais.

No âmbito da captação de recursos, apesar do cenário econômico adverso e das incertezas políticas, o MASP conseguiu aumentar seu volume de patrocínios, contando com o apoio de 34 empresas que, juntas, contribuíram para a manutenção de suas atividades.

O ano de 2018 foi um ano de consolidação da área de Recursos Humanos. Foi dada continuidade à agenda de 2017, com cinco encontros do Comitê Executivo de Pessoas onde temas relevantes foram debatidos e implementados. Dentre eles, vale destacar a criação do Manual de Princípios e Conduta. Resultado de um ano de trabalho, o manual pontua, de maneira objetiva, os valores que devem permear as atividades realizadas pela instituição bem como a conduta esperada de seus representantes e colaboradores em diferentes situações. Em linha com o Manual de Conduta, foi instituída a Ouvidoria MASP, importante canal da área de Recursos Humanos com os colaboradores do museu para, de forma sigilosa, acolher dúvidas e denúncias ou prestar esclarecimentos referentes aos temas concernentes.

Foi implementada ainda a Campanha de Feedback, importante ferramenta de comunicação e desenvolvimento dos gestores e suas equipes. Nessa linha, foram realizados workshops entre os colaboradores para o entendimento dos métodos de feedback, tendo a primeira rodada de conversas ocorrido no último trimestre de 2018.

Sob o ponto de vista organizacional, o museu consolidou a Diretoria Financeira e de Operações com a Diretoria Jurídica e de Relações Institucionais, adensando o organograma do museu. Além disso, as áreas de comunicação e produção, antes subordinadas à Diretoria Financeira e de Operações, passaram a compor a Diretoria Artística. Desse modo, o ano de 2018 encerra-se com duas diretorias executivas à frente da gestão do museu: Diretoria Artística e Diretoria Financeira e de Operações.

No campo da gestão financeira, o processo de consolidação das áreas financeira, de compras e contabilidade, iniciado em 2017, foi plenamente finalizado. Na sequência da reestruturação do setor, novas contratações foram feitas e as equipes readequadas. Houve também o redesenho dos procedimentos de compras e contas a pagar. Com o intuito de otimizar o fluxo de compras e gerar economia para o museu, foi implementado um processo de orçamento criterioso para a escolha de fornecedores com contratos anuais de fornecimento.

Ainda no campo das melhorias de processos e controles internos, foi iniciada a unificação da carteira digital do museu, composta dos meios de pagamento para bilheteria, espetáculos e eventos, MASP Escola, Amigo MASP, doações incentivadas e livres e MASP Festa. Antes diluídos em fornecedores diferentes para cada serviço, os pagamentos passam a ser concentrados em um único parceiro comercial. Além de otimizar a operação do museu, tal unificação facilita a venda online dos serviços e, portanto, a experiência do visitante, que agora pode adquirir os serviços do museu em um acesso único e consolidado.

Tema de destaque do ano foram os projetos e obras ligadas à manutenção e segurança do edifício do MASP cujo foco baseou-se em garantir sua estabilidade e vigor para as próximas gerações. Como importante auxílio, o museu contou com uma bolsa da Getty Foundation que, anualmente, seleciona prédios icônicos da arquitetura mundial e patrocina estudos sobre diagnósticos de suas estruturas e planos de conservação .

O núcleo de Arquitetura, Projetos e Infraestrutura realizou também obras de melhorias com foco na adequação do edifício às normas de segurança contra incêndio dentre as quais destacaram-se a instalação de portas corta-fogo e a implantação de sinalização de emergência. Outro investimento relevante neste campo foi a modernização dos elevadores, que começaram a ser substituídos por novos equipamentos com cabine e porta de maiores dimensões. Tal substituição melhora não somente o fluxo dos visitantes como também adequa o acesso a todos os andares do museu às normas atuais de acessibilidade.

Outra evolução importante ocorreu nos processos de regularização e aprovações para a obra do edifício Dumont-Adams (Anexo do MASP), iniciados com a nova gestão em 2014 tiveram importantes avanços. No decorrer do ano de 2018 a proposta de readequação que assegura a volumetria do edifício foi aprovada junto aos órgãos de Patrimônio (CONPRESP, CONDEPHAT e IPHAN). No início de 2019 o CONPRESP emitiu parecer favorável a execução da obra do túnel que liga o museu ao Prédio Anexo, ressaltando a qualidade e relevância da obra. Na sequência CONDEPHAT e IPHAN seguirão a mesma aprovação. A próxima etapa será a obtenção do decreto municipal de cessão do espaço onde será construído o túnel. Neste momento este processo encontra-se em andamento.

Através das melhorias prediais, da agenda intensa, do debate reflexivo e enriquecedor de suas exposições e do aumento de patrocinadores, o MASP encerra 2018 com vigor e otimismo para um 2019 bastante positivo.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 possui na rubrica de acervo de obras de arte o montante de R\$ 866.403. Em virtude de a identificação e determinação do valor justo desses ativos recebidos em doação envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação, a Entidade não adota como prática contábil registrar as obras de arte recebidas em doação por meio do valor justo, estando essas obras registradas por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a mensuração a valor justo de ativos recebidos em doação. A Entidade não nos apresentou até a data de conclusão dos nossos trabalhos a análise dos valores justos para os ativos que foram contabilizados por valor simbólico. Se essas obras de arte tivessem sido mensuradas pelos seus respectivos valores justos, a rubrica de acervo de obras de arte e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 seriam afetados significativamente de forma positiva, assim como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangentes e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Os efeitos da mensuração dos



referidos valores justos sobre as demonstrações financeiras não puderam ser determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam



influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

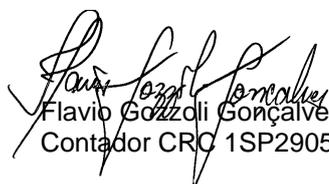
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.126.383	12.040.272	Fornecedores		1.424.004	2.061.731
Recursos vinculados a projetos	6	20.447.698	6.461.279	Obrigações trabalhistas	11	1.522.109	1.210.366
Estoques		739.826	781.000	Contribuições e impostos correntes		115.116	139.502
Patrocínio de terceiros a receber	7	4.053.750	3.809.829	Impostos parcelados	12	892.367	853.837
Adiantamento a fornecedores		863.571	1.007.154	Projetos a executar	13	24.794.902	10.484.407
Outras contas a receber		<u>1.570.318</u>	<u>1.420.182</u>	Doações de bens e direitos a apropriar		222.937	191.048
		<u>33.801.546</u>	<u>25.519.716</u>	Contas a pagar - negociações	14	918.987	566.820
				Patrocínios a realizar	14	2.708.200	2.708.200
				Outras contas a pagar		<u>533.739</u>	<u>587.686</u>
						<u>33.132.361</u>	<u>18.803.597</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Impostos parcelados	12	7.714.476	8.286.480
Depósitos judiciais	15	80.456	76.039	Doações de bens e direitos a apropriar		717.340	720.240
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	8	<u>9.556.240</u>	<u>5.408.026</u>	Provisão para contingências	15	908.935	1.885.251
		9.636.696	5.484.065	Contas a pagar - negociações	14	11.117.010	9.777.653
				Patrocínios a realizar	14	<u>2.490.151</u>	<u>5.198.351</u>
Acervo de obras de arte	9	866.403	866.136			<u>22.947.912</u>	<u>25.867.975</u>
Imobilizado	10	35.409.423	33.732.615	Patrimônio líquido	16		
Intangível		<u>157.044</u>	<u>193.994</u>	Avaliação atribuída ao acervo	9	516.403	516.136
		<u>36.432.870</u>	<u>34.792.745</u>	Fundo social		10.125.422	10.125.422
				Fundo patrimonial	8	9.556.240	5.408.026
				Superávits acumulados		<u>3.592.774</u>	<u>5.075.370</u>
						<u>23.790.839</u>	<u>21.124.954</u>
Total do ativo		<u>79.871.112</u>	<u>65.796.526</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>79.871.112</u>	<u>65.796.526</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais			
Receitas operacionais	17	43.822.548	50.156.531
Trabalho voluntário	3.n	<u>216.481</u>	<u>166.227</u>
Total das receitas das atividades		44.039.029	50.322.758
Despesas operacionais			
Custos e despesas de projetos e administrativas	18	(20.407.487)	(19.805.726)
Pessoal e encargos de projetos e administrativos	19	(13.187.997)	(12.956.779)
Depreciação e amortização		(494.634)	(373.458)
Despesas tributárias		(170.400)	(388.968)
Gratuidade de bilheteria		(6.593.014)	(4.484.768)
Trabalho voluntário	3.n	<u>(216.481)</u>	<u>(166.227)</u>
Total das despesas das atividades		(41.070.013)	(38.175.926)
Resultado antes do resultado financeiro		<u>2.969.016</u>	<u>12.146.832</u>
Despesas financeiras	20	(1.907.757)	(1.001.067)
Receitas financeiras	20	<u>1.604.359</u>	<u>1.344.554</u>
Resultado financeiro líquido	20	<u>(303.398)</u>	<u>343.487</u>
Superávit do exercício		<u><u>2.665.618</u></u>	<u><u>12.490.319</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	2.665.618	12.490.319
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>2.665.618</u></u>	<u><u>12.490.319</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Fundo Patrimonial	(Déficits)/ Superávits Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		516.126	10.125.422	-	(2.006.923)	8.634.625
Doações para investimentos	9	10	-	-	-	10
Superávit do exercício		-	-		12.490.319	12.490.319
Transferência do superávit para Fundo Patrimonial	16	-	-	5.408.026	(5.408.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		516.136	10.125.422	5.408.026	5.075.370	21.124.954
Doações para investimentos	9	267	-	-	-	267
Superávit do exercício		-	-		2.665.618	2.665.618
Transferência do superávit para Fundo Patrimonial	16	-	-	4.148.214	(4.148.214)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>516.403</u>	<u>10.125.422</u>	<u>9.556.240</u>	<u>3.592.774</u>	<u>23.790.839</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.665.618	12.490.319
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	494.634	373.458
Apropriação de patrocínio	(2.708.200)	(2.708.199)
Baixa de imobilizado e intangível	13.991	6.506
Provisão para contingência	(976.316)	357.108
Doações de bens e direitos a apropriar	28.989	250.249
Constituição de obsolescência dos estoques	198.375	34.214
	<u>(282.908)</u>	<u>10.803.655</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Estoque	(157.201)	(82.359)
Ativos financeiros (Fundo patrimonial)	(4.148.214)	(5.408.026)
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	(6.553)	(978.811)
Patrocínio de terceiros a receber	(243.921)	17.294
Depósitos judiciais	(4.417)	17.333
Aumento / (redução) nos passivos em		
Fornecedores	(637.727)	123.190
Obrigações trabalhistas	311.743	5.214
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos	324.076	(37.604)
Contribuições e impostos correntes	(24.386)	20.522
Impostos parcelados	(533.474)	(128.958)
Contas a pagar - negociações	1.691.524	(666.736)
Outras contas a pagar	(53.947)	167.267
	<u>(3.765.406)</u>	<u>3.851.981</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(3.765.406)</u>	<u>3.851.981</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e acervo de obras de arte	(2.125.922)	(2.456.096)
Aquisição de ativo intangível	(22.562)	(147.313)
	<u>(2.148.484)</u>	<u>(2.603.409)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(2.148.484)</u>	<u>(2.603.409)</u>
(Redução) / aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.913.889)</u>	<u>1.248.572</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	12.040.272	10.791.700
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	<u>6.126.383</u>	<u>12.040.272</u>
(Redução) / aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.913.889)</u>	<u>1.248.572</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP (“Entidade” ou “MASP”) é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções. Foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes 71 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

Em 2017, após um amplo processo colaborativo, entre conselheiros, diretores e colaboradores, o MASP lançou uma nova missão que irá nortear suas atividades no longo prazo: O MASP, museu diverso, inclusivo e plural, tem a missão de estabelecer, de maneira crítica e criativa, diálogos entre passado e presente, culturas e territórios, a partir das artes visuais. Para tanto, deve ampliar, preservar, pesquisar e difundir seu acervo, bem como promover o encontro entre públicos e arte por meio de experiências transformadoras e acolhedoras.

Para a consecução de sua missão, o MASP poderá, especialmente mas não se limitando: (a) realizar exposições; (b) promover atividades e programas na área da educação; (c) realizar publicações; (d) promover itinerâncias; (e) promover programas de relacionamento; (f) conceder bolsas de estudo; (g) promover espetáculos, eventos e festas beneficentes; (h) explorar café, bar, restaurante, loja física e on-line, locação e cessão de espaços; (i) estabelecer parcerias e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais. Todo o produto arrecadado pelas atividades promovidas pelo MASP será destinado à consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui aproximadamente 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais 31 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

O fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

2 Base de Preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 07 de março de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.d** - provisão para ajuste a valor de realização de estoques;
- **Nota 3.f** - vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 15** - provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, contas a pagar-negociações e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados nos projetos originados das leis de incentivo, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos projetos e subvenção, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

d. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado.

e. Acervo de obras

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto doze obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 290.112 e R\$ 175.710.

i. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

j. Doações, patrocínios e subvenções

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

k. Obrigações e Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos, multa e juros de obrigações liquidas pós vencimento, atualizações passivas sobre os acordos realizados com Telefônica-Vivo e Galeria Prestes Maia e variações monetárias.

n. Receita com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 o montante foi de R\$ 216.481 (R\$ 166.227 em 2017).

o. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objeto da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e (iii) PIS (calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº9.532/97).

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 22. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	24.669	11.975
Bancos - conta corrente no exterior	1.799.560	2.246.696
Bancos - conta corrente no país	93.938	19.528
Aplicações financeiras - no país	<u>4.208.216</u>	<u>9.762.073</u>
Total	<u>6.126.383</u>	<u>12.040.272</u>

As aplicações financeiras no país referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 92% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

São de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Recursos vinculados a projetos e subvenção

	2018	2017
Projeto Plano Anual (a)	17.516.223	4.797.085
Outros Projetos e Subvenção	<u>2.931.475</u>	<u>1.664.194</u>
Total	<u>20.447.698</u>	<u>6.461.279</u>

Referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades patrocinadoras, e, no caso da Subvenção, conforme a Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, com rentabilidade entre 34,95% a 91,59% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

- (a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

7 Patrocínio de terceiros a receber

	2018	2017
Patrocínios de terceiros a receber	4.053.750	3.809.829

Refere-se a valores a receber de duas empresas privadas que estão apoiando o projeto de reforma do “Anexo MASP”. Os recursos estão baseados em contratos entre as partes e o saldo representa as parcelas finais a receber e estão condicionadas à evolução física da obra.

O valor da primeira parceria no montante de R\$ 2.000.000, corrigido pelo IGPM/FGV cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 3.473.750 (R\$ 3.229.829 em 2017) será recebido quando a obra atingir 90% de sua conclusão física.

A segunda parceria é de R\$ 5.800.000, dos quais R\$ 2.900.000 foram recebidos em 2011, R\$ 2.320.000 em 2012 e os R\$ 580.000 restantes após medição final da obra.

A Administração acredita que apesar do atraso na conclusão das obras, os valores previstos para recebimento ocorrerão tão logo atingidas as metas contratuais. A contrapartida dos valores a receber está registrada na conta de “projetos a executar” no passivo circulante. Dessa forma, as atualizações financeiras efetuadas nos saldos ativos também ocorrem nos saldos passivos, com efeito zero no resultado do exercício. Além disso, caso não ocorram os recebimentos, a baixa desse ativo se dará em contrapartida ao passivo, ou seja, também sem impacto no resultado.

8 Fundo Patrimonial

A Entidade instituiu, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 03 de abril de 2017, um Fundo Patrimonial com o objetivo de garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social.

Este Fundo é regido e condicionado pelo Capítulo VII, Artigos 40 ao 45 do Estatuto Social da Entidade, onde observa-se que: o Fundo será constituído, essencialmente, por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especificamente para este fim; será administrado única e exclusivamente pela Diretoria Estatutária; não poderá ser resgatado os valores investidos ou de seus rendimentos até que o Fundo contenha em sua carteira um montante de R\$ 40.000.000, chamada fase de Acumulação Primitiva, após esta quantia, os rendimentos auferidos acima da inflação (IGP-M/IPCA) poderão ser destinados ao custeio das atividades da Entidade.

De acordo com a Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 03 de abril de 2017, a Entidade se comprometeu em realizar uma destinação inicial de R\$ 1.000.000 e anualmente 5% das receitas operacionais auferidas até que o fundo atinja o patrimônio de R\$ 50.000.000.

Atualmente o montante acumulado encontra-se aplicado em um fundo de renda fixa, no Banco Itaú S.A., que busca acompanhar a tendência dos juros do mercado (CDI). Representando em 31 de dezembro de 2018 um total de R\$ 9.556.240 (R\$ 5.408.026 em 31.12.2017).

A determinação das receitas operacionais foi realizada através da Ata da Reunião do Conselho Deliberativo realizada em 10 de abril de 2018. Assim entende-se como receitas operacionais a receita líquida apurada nas atividades operacionais do museu, sendo: bilheteria, loja, espetáculos e eventos, escola, café e restaurante.

O quadro abaixo demonstra os valores aportados anualmente no Fundo Patrimonial. Lembrando que a destinação de 5% das receitas operacionais referente ao exercício 2018 ocorrerá após a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício em questão.

	Exercício 2017	Exercício 2018	Total
Doações recebidas	4.359.817	3.811.748	8.171.565
Aporte MASP	1.000.000	-	1.000.000
Rendimentos financeiros	<u>48.209</u>	<u>336.466</u>	<u>384.675</u>
	5.408.026	4.148.214	9.556.240

9 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 12 obras, adquiridas em 2013 e 2017, lançadas pelo valor justo total de R\$ 858.000. Ou seja, 8.403 obras estão lançadas a R\$ 1,00 cada e mais 12 obras a R\$ 858.000, totalizando em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 866.403 (R\$ 866.136 em 2017).

Em virtude de a identificação do valor justo das obras de arte recebidas como doação para o museu envolver premissas e estimativas complexas para sua determinação e de não ter como objetivo a comercialização das obras, a Entidade não tem adotado a prática de valorar estes ativos, estando apenas doze obras de arte a valor justo (valor de aquisição) e as demais por um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real) cada. Ressalta-se que, se essas obras de arte tivessem sido registradas pelos seus respectivos valores justos, o patrimônio líquido do museu se mostraria amplamente mais positivo.

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

Os valores recebidos como doação para investimento, apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foram integralmente aplicados no acervo de obras do Museu. Durante o ano de 2018 foram R\$ 267, correspondentes a 267 obras doadas (R\$ 10 em 2017, correspondente a 10 obras doadas).

10 Imobilizado

Os quadros abaixo demonstram as movimentações do imobilizado:

Movimentação imobilizado em 2018

Descrição custo	Saldo em 01/01/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	417.523	4.994	(5.972)	416.545
Máquinas e equipamentos	1.692.510	134.566	(25.993)	1.801.083
Microcomputadores e periféricos	731.658	173.713	(45.770)	859.601
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	19.362.656	48.621	-	19.411.277
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.537.219	71.568	-	30.608.787
Imobilizado em andamento	203.658	1.685.312	-	1.888.970
Outros	<u>55.782</u>	<u>7.148</u>	<u>-</u>	<u>62.930</u>
Total do custo	53.001.006	2.125.922	(77.735)	55.049.193

**Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(154.047)	(35.712)	2.704	(187.055)
Máquinas e equipamentos	(414.728)	(160.769)	17.311	(558.186)
Microcomputadores e periféricos	(385.653)	(122.278)	44.481	(463.450)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.308.890)	(116.496)	2	(18.425.384)
Outros	(5.072)	(623)	-	(5.695)
Total da depreciação	(19.268.390)	(435.878)	64.498	(19.639.770)
Saldo líquido	33.732.616	1.690.044	(13.237)	35.409.423

Movimentação imobilizado em 2017

Descrição custo	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	340.552	79.686	(2.715)	417.523
Máquinas e equipamentos	979.305	732.787	(19.582)	1.692.510
Microcomputadores e periféricos	604.137	150.748	(23.227)	731.658
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.476.049	886.607	-	19.362.656
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.426.639	110.580	-	30.537.219
Imobilizado em andamento	59.151	144.507	-	203.658
Outros	55.990	1.171	(1.379)	55.782
Total do custo	50.941.823	2.106.086	(46.903)	53.001.006

Descrição depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(122.291)	(34.131)	2.375	(154.047)
Máquinas e equipamentos	(350.601)	(88.358)	17.780	(421.179)
Microcomputadores e periféricos	(305.178)	(99.338)	18.863	(385.653)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.210.466)	(98.425)	1.379	(18.307.512)
Total da depreciação	(18.988.536)	(320.252)	40.397	(19.268.391)
Saldo líquido	31.953.287	1.785.834	(6.506)	33.732.615

- (a) O item "Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510" refere-se ao edifício que ainda está em reforma ("Anexo MASP") e, em função de não estar sendo utilizado, não vem sendo depreciado. A adição ocorrida no exercício foi por conta das benfeitorias que estão sendo efetuadas.

11 Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Provisão para férias	897.851	722.636
Provisão para encargos sociais sobre férias	296.667	220.513
INSS a recolher	189.200	175.283
IRRF a recolher	80.054	91.934
FGTS a recolher (a)	58.337	-
Total	1.522.109	1.210.366

- (a) Em 2017, o valor de FGTS havia sido recolhido antecipadamente no mês de dezembro.

12 Impostos parcelados

	2018	2017	
Débitos previdenciários (a)	3.691.898	3.946.590	
Demais débitos	<u>4.914.945</u>	<u>5.193.727</u>	
Total contribuições e impostos parcelados	8.606.843	9.140.317	
Circulante	892.367	853.837	
Não circulante	7.714.476	8.286.480	
	2020 em		
Cronograma de vencimento - não circulante	2019	diante	Total
Débitos previdenciários	430.401	3.261.497	3.691.898
Demais débitos	<u>461.966</u>	<u>4.452.979</u>	<u>4.914.945</u>
Total	<u>892.367</u>	<u>7.714.476</u>	<u>8.606.843</u>

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros, no qual foi consolidado em 2016.

a. Histórico da dívida previdenciária

No ano 2000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O MASP entrou com o pedido de parcelamento dos saldos auatuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores auatuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não auatuados. Esse pedido foi aprovado e consolidado em setembro de 2016.

13 Projetos a executar

	2017	2017
Projetos a executar (a)	20.741.152	6.674.578
Patrocínios de terceiros (b)	<u>4.053.750</u>	<u>3.809.829</u>
Total projetos a executar	<u>24.794.902</u>	<u>10.484.407</u>

- (a) Estão representados por valores recebidos e ainda não empenhados, decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.
- (b) Esses valores referem-se a patrocínios a executar referente ao patrocínio do Prédio Anexo - Masp (vide nota explicativa nº 07);

A seguir apresentamos os projetos e patrocínios a executar no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

*Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017*

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 10.769.246 em 2018 (R\$ 15.223.028 em 2017), sendo R\$ 1.747.481 com verba da Subvenção (conforme nota explicativa nº17 item “b”) e R\$ 9.021.766 com projetos do PRONAC, PROMAC e PROAC, podendo ser assim compostos:

Descrição Custo	Saldos em 31/12/2017	Transferência	Devoluções	Valores Recebidos	Atualização Monetária	Rendimentos Financeiros	Consumo	Aquisição Imobilizado	Saldos em 31/12/2018
PRONAC 2017	2.409.763	(2.151.744)	-	-	-	8.229	(266.248)	-	-
PRONAC 2018	2.466.418	2.151.744	-	12.457.666	-	59.505	(8.392.109)	(216.010)	8.527.214
PRONAC 2019	-	-	-	9.281.900	-	95	-	-	9.281.995
PRONAC 09.5022 - ANEXO MASP	168.750	-	-	-	-	-	(168.750)	-	-
PROAC 2017	352.542	-	(441.942)	104.080	-	9.543	(24.223)	-	-
PROAC 2018	-	-	-	622.142	-	-	(90.870)	-	531.272
REFORMA ANEXO DO MASP - NESTLE	3.229.829	-	-	-	243.921	-	-	-	3.473.751
REFORMA ANEXO DO MASP - PETROBRAS	580.000	-	-	-	-	-	-	-	580.000
PROMAC 2018	-	-	-	650.000	-	-	(79.565)	-	570.435
SUBVENÇÃO 2017	1.277.105	-	-	-	-	5.061	(1.282.166)	-	-
SUBVENÇÃO 2018	-	-	-	2.295.551	-	-	(465.315)	-	1.830.236
Saldo	10.484.407	-	(441.942)	25.411.339	243.921	82.433	(10.769.246)	(216.010)	24.794.902

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 10.769.246 (R\$15.223.028 em 2017), sendo R\$ 1.747.481 com verba de subvenção (conforme nota explicativa 17) e R\$ 8.853.015 com projetos do PRONAC, PROAC e PROMAC, podendo ser assim compostos:

	2018			2017		
	Plano Anual	Outros	Total	Plano Anual	Outros	Total
Pessoal e encargos	3.756.979	-	3.756.979	5.942.349	-	5942349
Utilidades	894.273	-	894.273	2.126.681	-	2.126.681
Gerais e administrativas	1.391.914	30.305	1.422.219	1.950.761	259.055	2.209.816
Serviços profissionais	641.556	163.791	805.347	1.396.997	306.142	1.703.139
Serviços Gerais	1.384.186	-	1.384.186	1.386.485	-	1.386.485
Manutenção predial	589.449	562	590.011	467.435	-	467.435
Outros	-	-	-	-	-	-
	8.658.357	194.658	8.853.015	13.270.708	565.197	13.835.905

14 Contas a pagar - Negociações e Patrocínios a realizar

No exercício de 2015, foi realizado um acordo com um dos patrocinadores da reforma do prédio “Anexo - Masp”. Foi constituída uma provisão a pagar junto a Vivo - Telefônica de R\$ 24.327.059, sendo que R\$ 14.000.000 serão apropriados por meio de patrocínios a incorrer pelo prazo de 05 anos e o valor de R\$ 10.327.059 serão corrigidos pela taxa IGPM/FGV e pagos trimestralmente em 80 parcelas de R\$ 129.000.

Em 27 de novembro de 2018 foi homologado um acordo referente a ação movida pelo Município de São Paulo sobre a Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053, no montante de R\$ 1.521.456, que será pago em 60 parcelas de R\$ 25.358 atualizadas mensalmente pelo IPCA-IBGE acrescido de 1% de juros. Anteriormente este valor estava demonstrado em nossa provisão para contingências conforme nota explicativa nº 15.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo de contas a pagar negociações era de R\$ 12.035.997 (R\$ 10.344.473 em 2017) conforme movimentação apresentada abaixo:

Movimentação - Contas a pagar negociações

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>11.011.209</u>
(-) atualização IGPM / FGV	(97.297)
(-) pagamentos realizados	(569.439)
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>10.344.473</u>
(+) atualização IGPM/FGV	769.796
(+) adição acordo Galeria Prestes Maia	1.521.456
(-) pagamentos realizados	(599.728)
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u><u>12.035.997</u></u>
Circulante	918.987
Não circulante	11.117.010

Em 31 de dezembro de 2018 saldo de Patrocínio a Executar era de R\$ 5.198.351 (R\$ 7.906.551 em 2017), conforme demonstrado abaixo:

Movimentação - Patrocínios a realizar

Saldo em 31 de dezembro 2016	<u>10.614.750</u>
Patrocínios executados	(2.708.199)
Saldo em 31 de dezembro 2017	<u>7.906.551</u>
Patrocínios executados	(2.708.200)
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u><u>5.198.351</u></u>
Circulante	2.708.200
Não circulante	2.490.151

15 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a demanda judicial provisionada está apresentada da seguinte forma:

Natureza	2018		2017	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Trabalhista	159.486	80.456	425.966	76.039
Cível	749.449	-	1.459.285	-
Saldo	908.935	80.456	1.885.251	76.039

Conforme apresentado, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, a Entidade possui no exercício de 2018 um saldo de provisão no montante de R\$ 908.935 (R\$ 1.885.251 em 2017) e depósito judicial de R\$ 80.456 (R\$ 76.039 em 2017), valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas.

- **Perdas Possíveis:** existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 17.057.764 (R\$ 1.986.469 em 2017), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Do montante apresentado acima com probabilidade possível de perda, R\$ 14.756.564, refere-se a uma ação civil pública recebida pela Entidade em dezembro de 2018, ajuizada pela Associação Preserva São Paulo, visando a restauração da fachada do edifício Dumont-Adams (Anexo Masp). O processo pleiteia: (i) condenação dos patrocinadores (BV, Petrobrás, Vale e Votorantim) da reforma do prédio anexo, a restituir o dobro do valor aportado; (ii) condenação do MASP, VIVO, Julio Neves e João Vicente à obrigação de fazer a restauração das características arquitetônicas do edifício; e (iii) condenação ao pagamento de dano moral coletivo.

- **COFINS:** A medida Provisória - MP nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12, da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando no seu entendimento, sujeitos à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaço e outras, bem como os rendimentos de aplicações financeiras. A administração da Entidade entende que todas as receitas auferidas, inclusive as financeiras, decorrem de suas atividades próprias, não estando, dessa forma, sujeitos à incidência da referida contribuição. O valor relacionado a COFINS no período de 2005 a 2008 é de R\$ 1.087.437 (R\$ 1.058.145 em 2017).

- **Mandado de segurança:** a Entidade recebe obras de artes em comodato, de diversos museus do mundo, para a realização de exposições temporárias. Em 2018 houve uma alteração na interpretação dos contratos das concessionárias de aeroportos, as taxas de armazenagem de obras de arte passaram a ser calculadas pelo valor da obra, e não mais pelo peso como eram considerados anteriormente. A Entidade possui mandados de segurança com pedido de liminar aceito para o não recolhimento das taxas. O valor correspondente ao não recolhimento é de R\$ 10.193.255 em 31 de dezembro de 2018, os assessores jurídicos da Entidade classificaram como Possível a probabilidade de perda.

A seguir apresentamos as movimentações das provisões de contingências e depósitos judiciais:

a. Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2018		2017	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	425.966	76.039	165.576	39.805
Constituição	90.339	30.784	362.966	36.234
Reversão por modificação propabilidade	(152.025)	-	-	-
Reversão por baixa	(204.794)	(26.367)	(102.576)	-
Saldos finais	159.486	80.456	425.966	76.039

b. Provisão para processos cíveis

As discussões cíveis em curso, referente a divergência de valores em contratos firmados entre as partes são as seguintes:

	2018		2017	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	1.459.285	-	1.362.567	-
Constituição	746.311	-	6.000	-
Atualização monetária	-	-	90.718	-
Reversão redução do valor	(2.862)	-	-	-
Reversão por baixa	(1.453.285)	-	-	-
Saldos finais	749.449	-	1.459.285	-

O valor demonstrado como “reversão por baixa” no quadro acima refere-se ao processo nº 0008438-41.2009.8.26.0053 movido pelo Município de São Paulo como Ação de Reintegração de Posse da Galeria Prestes Maia, que foi suspenso e arquivado em 27.11.2018 quando foi homologado um acordo de pagamento em 60 parcelas. Este valor foi transferido para o Contas a Pagar - negociações conforme nota explicativa nº 14.

16 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

- **Fundo Social:** é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.
- **Fundo patrimonial:** foi constituído em 2017 com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira a médio e a longo prazo, e também perpetuar e proteger o patrimônio do MASP. Constituído essencialmente por doações, contribuições, subvenções e auxílios concedidos especialmente para este fim, em 31 de dezembro a Administração aprovou a alocação de recursos recebidos e rendimentos no montante de R\$ 4.148.214 (R\$ 5.408.026 em 2017) para o Fundo Patrimonial.

17 Receitas operacionais

	2018	2017
Doações (a)	(15.516.252)	(15.383.137)
Projetos Incentivados	(9.045.560)	(14.000.695)
Gratuidade de Bilheteria	(6.593.014)	(4.484.768)
Bilheteria	(4.976.394)	(5.596.314)
Receitas Patrocínio Telefonica-Vivo (vide nota 14)	(2.708.200)	(2.708.199)
Subvenção para custeio (b)	(1.747.481)	(1.387.123)
Cessão de uso e eventos	(1.601.346)	(1.678.614)
Venda de Produtos	(671.681)	(877.262)
Venda de Serviços	(505.363)	(201.250)
Apoio cultural	(271.901)	(246.499)
Aluguel de obras de arte para exposição (c)	-	(3.500.000)
Diversas	<u>(185.356)</u>	<u>(92.670)</u>
Total	<u>(43.822.548)</u>	<u>(50.156.531)</u>

- (a) Em 2018, do total de doações recebidos pela Entidade, o montante de R\$ 4.148.214 (R\$ 4.408.026 em 2017) foi recebido com o objetivo de criar um Fundo Patrimonial para garantir sua sustentabilidade e a consecução de seu objeto social, vide nota explicativa nº8.

- (b) Os valores recebidos para custeio, através da Subvenção, conforme as Leis Municipais 8.221/75 e 11.358/93, e suas modificações posteriores, foram empregados pela Entidade da seguinte maneira:

	2018	2017
Pessoal e encargos	(1.604.591)	(1.258.341)
Seguro saúde	(141.408)	(125.165)
Outros	(1.482)	(3.617)
	<u>(1.747.481)</u>	<u>(1.387.123)</u>

O valor de R\$ 1.747.481 refere-se ao total de gastos em 2018. Porém, referem-se às verbas recebidas em 2017 e 2018. Os valores recebidos em 2017, empregados pela Entidade em janeiro e fevereiro de 2018 foram de R\$ 1.282.166, e os valores recebidos em 2018, empregados em dezembro do mesmo ano foram de R\$ 465.315.

- (a) Em 2017 a Entidade recebeu o montante de R\$ 3.500.000, pelos direitos autorais e de uso de imagem de obras do acervo do MASP, para exposição no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), empresa Tisara Arte Produções Ltda.

18 Custos e despesas de projetos e administrativas

	2018	2017
Despesas gerais e administrativas	(8.260.217)	(7.398.111)
Serviços Profissionais	(6.229.989)	(6.161.487)
Despesas com utilidades públicas	(2.070.812)	(2.382.591)
Serviços Gerais	(1.819.239)	(1.693.051)
Manutenção Predial	(843.786)	(1.291.513)
Despesas com contingência	(348.744)	(357.108)
Outros	(834.700)	(521.865)
	<u>(20.407.487)</u>	<u>(19.805.726)</u>
Custos e despesas de projetos	(5.269.885)	(7.893.556)
Custos e despesas administrativas	(15.137.602)	(11.912.170)

19 Pessoal e encargos de projetos e administrativos

	2018	2017
Salários	(6.027.233)	(5.738.618)
INSS	(1.681.452)	(1.681.867)
Provisão de férias e 13º salário	(1.566.700)	(1.281.950)
Assistência médica	(1.309.546)	(1.460.788)
Vale refeição	(1.181.496)	(1.108.088)
FGTS	(494.487)	(694.767)
Indenizações	(312.541)	(508.548)
Horas Extras	(82.851)	(119.218)
Outras	(531.691)	(362.935)
	<u>(13.187.997)</u>	<u>(12.956.779)</u>
Custos e despesas de projetos	(5.499.361)	(5.942.349)
Custos e despesas administrativas	(7.688.636)	(7.014.430)

20 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.196.547)	(620.599)
Variações monetárias passivas	(492.430)	(225.208)
Descontos concedidos	(94.442)	(32.691)
Despesas de tarifas bancárias	(54.989)	(52.160)
Outras despesas financeiras	(69.349)	(70.409)
Total	(1.907.757)	(1.001.067)
 Receitas financeiras		
Variação monetária	803.237	264.096
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	787.388	1.069.562
Outras receitas financeiras	13.734	10.896
Total	1.604.359	1.344.554
 Resultado financeiro líquido	(303.398)	343.487

21 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

22 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Em função das características e da forma de operação, bem como, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2018, a Entidade está sujeita aos fatores de:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de patrocínios.

Exposição a riscos de créditos

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras era:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.126.383	12.040.272
Recursos vinculados a projetos	6	20.447.698	6.461.279
Ativos financeiros (Fundo patrimonial)	8	9.556.240	5.408.026
Patrocínios de terceiros a receber	7	4.053.750	3.809.829
Adiantamento a fornecedores		863.571	1.007.154
Outras contas a receber		1.570.318	1.420.182
Total		42.617.960	30.146.742

- **Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos** - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.
- **Patrocínio de terceiros a receber** - As estratégias de mitigação de riscos são baseadas nos contratos estabelecidos com as contrapartes e, principalmente, no fato da Entidade já ter recebido dessas contrapartes parcela substancial de recursos, sendo o saldo ainda em aberto significativamente menor que o valor do total contratado.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2018 um ativo circulante de R\$ 33.801.546 frente a um passivo circulante na mesma data base de R\$ 33.132.361, o que representava uma liquidez positiva de R\$ 669.185 e em 2017 a liquidez era positiva de R\$ 6.716.119.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade possui pequena parcela de caixa em moeda estrangeira.

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Nota	31/12/2018		31/12/2017		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras - no país	5	4.208.216	4.208.216	9.762.073	9.762.073
Ativos financeiros (Fundo Patrimonial)	8	9.556.240	9.556.240	5.408.026	5.408.026
Acervo de obras de arte (a)	9	866.403	866.403	866.136	866.136
Recursos vinculados a projetos	6	20.447.698	20.447.698	6.461.279	6.461.279
		<u>35.078.557</u>	<u>35.078.557</u>	<u>22.497.514</u>	<u>22.497.514</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Outras contas a receber e Adiantamento a fornecedores		2.433.889	2.433.889	2.427.336	2.427.336
		<u>2.433.889</u>	<u>2.433.889</u>	<u>2.427.336</u>	<u>2.427.336</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		1.424.004	1.424.004	2.061.731	2.061.731
Obrigações trabalhistas	11	1.522.109	1.522.109	1.210.366	1.210.366
Contribuições e impostos correntes e parcelados	12	8.721.959	8.721.959	9.279.819	9.279.819
Projetos a executar	13	24.794.902	24.794.902	10.484.407	10.484.407
Outras contas a pagar		7.581.302	7.581.302	8.792.288	8.792.288
		<u>44.044.276</u>	<u>44.044.276</u>	<u>31.828.611</u>	<u>31.828.611</u>

- (a) O acervo de obras de artes estão parcialmente registrados pelo valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

* * *

Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente

Fabio Gerumaglia Frayha
Diretor Financeiro e Operações

Marina Kolm Sgnotto
Contadora - CRC SP 242422/O-2